



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ABAETETUBA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA/MATUTINO/2015

TAYNARA CARDOSO BAIA

**A DIVISÃO DE ACESSIBILIDADE E A PROMOÇÃO DA INCLUSÃO NO ENSINO
SUPERIOR**

ABAETETUBA/PA
2019

TAYNARA CARDOSO BAIA

**A DIVISÃO DE ACESSIBILIDADE E A PROMOÇÃO DA INCLUSÃO NO ENSINO
SUPERIOR**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Universidade Federal do Pará – Campus de
Abaetetuba, para obtenção de grau de
Licenciatura Plena em Pedagogia.

Orientador: Profº Dr. Bruno Rodrigues dos Santos

ABAETETUBA/PA
2019

Dedico este trabalho a minha avó Maria da Costa (in memoriam), por ter sido meu alicerce e meu incentivo nos primeiros anos de curso.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, por ter me dado forças para continuar, sem ele eu não chegaria onde estou.

Aos meus familiares em especial, meus pais Manoel Alexandre e Marli Cardoso, por serem meus alicerces, à minha irmã Tuiane por sempre estar ao meu lado e ao meu primo Arthur por sempre me fazer sorrir, sem vocês eu não conseguiria.

Agradeço ao meu orientador Professor Dr. Bruno Santos por todo suporte, paciência e tempo dedicado a essa pesquisa.

Aos meus amigos do Curso de Pedagogia 2015 Matutino, em especial ao meu grupo de trabalho TAITEE: Ediane, Érika, Thiago, Ataíze e Isane, por estarem ao meu lado desde que entrei no Campus e por se tornarem meu braço direito nesses quatro anos e meio.

Ao meu amigo Rosinaldo André, por sempre me ajudar com as mãos e com a alma.

Agradeço a Divisão de Acessibilidade, por ter aberto as portas de sua sala para que eu pudesse dar início a essa pesquisa.

Enfim, agradeço a todos que me ajudarem direta e indiretamente nessa caminhada acadêmica e na conclusão dessa pesquisa.

Muito obrigada!

RESUMO

Neste trabalho ressaltamos a Divisão de Acessibilidade no Campus Universitário de Abaetetuba, e a sua importância na universidade. O objetivo é verificar o papel da Divisão de Acessibilidade na promoção da Inclusão da pessoa com deficiência na Universidade Federal do Pará, Campus de Abaetetuba, compreender como ocorre essa promoção da inclusão dentro do Campus, identificar quais as ações que a Divisão de Acessibilidade promove, além de conhecer um pouco da realidade dos discentes com deficiência dentro da universidade. A metodologia utilizada foi a observação direta intensiva, com entrevista semi estruturada e aplicação de um questionário para as entrevistadas, e a observação na Sala da Divisão de Acessibilidade. Verificou-se que a Divisão não apenas promove a acessibilidade nas questões estruturais, mas também nas atitudes e no respeito com o próximo. Conclui-se que a criação da Divisão de Acessibilidade trouxe muitos ganhos para os discentes com deficiência que frequentam o Campus e que suas campanhas abrem espaço para a discussão da inclusão no Ensino Superior. Muitas mudanças ainda precisam ser feitas, porém os avanços conquistados enchem de esperança aqueles que lutam por uma universidade mais inclusiva.

Palavras-chave: Inclusão. Acessibilidade. Ensino Superior.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	6
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	8
2.1 A Inclusão e suas fases	8
2.2 Inclusão no Ensino Superior	14
3. OBJETIVOS	17
4. METODOLOGIA.....	18
4.1 Lócus da Pesquisa.....	18
4.2 Procedimento de Pesquisa	20
5. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	22
5.1. A Observação de Campo	22
5.2 Resultados da entrevista.....	23
6. CONCLUSÃO.....	32
7. REFERÊNCIAS.....	34
APÊNDICE	36

1. INTRODUÇÃO

Quando passei no vestibular em 2015 e comecei a estudar no Campus Universitário de Abaetetuba, várias situações despertaram a minha atenção, entre elas a estrutura do Campus, por ser um local amplo, porém que é pouco aproveitado. Certo dia, percebi que ao lado da minha sala estudava uma aluna que usava cadeira de rodas, quando a vi pela primeira vez observei que a sua sala era a única que possuía rampa em todo o bloco, o que me fez refletir que aquela rampa só foi construída após o ingresso dessa aluna na universidade, ou seja, o bloco não foi construído pensando nos estudantes que têm mobilidade reduzida.

Desde aí várias inquietações foram surgindo, o espaço reduzido para entrar na biblioteca, pois havia um armário de ferro, o que provavelmente dificultaria o acesso daquela discente, a ausência de rampas em alguns locais ou a construção inapropriada delas, fora o fato de as vias que dão acesso aos vários espaços do Campus serem feitas de bloquetes, o que dificultaria a locomoção de um cadeirante ou deficiente físico e também uma pessoa cega que faz uso de bengala, pois os espaços entre um bloquete e outro poderia prender a bengala. Vale lembrar que muitos desses prédios foram construídos em um período que o acesso de pessoas com deficiência na universidade era quase restrito.

Todas essas inquietações me motivaram a fazer um trabalho sobre esse assunto e me fizeram perceber também que essas inquietações sobre a Educação Inclusiva no Ensino Superior e sobre a Acessibilidade são de fundamental importância, porém é pouco discutido o que dificulta ainda mais a entrada e permanência desses alunos nas Instituições de Ensino Superior, pois muitos professores ainda não sabem como trabalhar com esses alunos de forma inclusiva. E justamente o fato de ser pouco comentada e refletida me fez dar continuidade a esse trabalho, que me despertou interesse assim que entrei no Campus. Acho de extrema importância esse trabalho, pois mostrará à Comunidade Acadêmica a importância de ser discutida a Educação Inclusiva no Ensino Superior e também o trabalho da Divisão de Acessibilidade dentro do Campus Universitário de Abaetetuba, para que assim outros discentes e até mesmo os docentes e demais funcionários possam conhecer esse departamento.

Tendo como título: A Divisão de Acessibilidade e a promoção da Inclusão no Ensino Superior, o objetivo geral desse trabalho é verificar o papel da Divisão de

Acessibilidade na promoção da Inclusão da Pessoa com Deficiência na Universidade Federal do Pará, Campus de Abaetetuba, além de compreender como ocorre a contribuição para a promoção da inclusão no Campus Universitário.

Usamos como metodologia a entrevista e a observação na sala da Divisão de Acessibilidade. A entrevista foi realizada com a Coordenadora da Divisão de Acessibilidade e com uma discente do Campus.

O trabalho escrito foi dividido em três seções: a primeira seção composta por introdução, fundamentação teórica, onde conto um pouco sobre a história da Educação Inclusiva e sobre a Educação Inclusiva no Ensino Superior, e o objetivo geral e específico.

A segunda seção consiste na metodologia da pesquisa, tipo de metodologia aplicada, apresentação do local em que foi realizada a pesquisa e os resultados e discussão da mesma, os resultados foram divididos em: resultados da observação e resultados da entrevista.

E por último a terceira seção com a conclusão do trabalho.

Apesar de todos os avanços desde a criação da Divisão de Acessibilidade é verdade que o Campus ainda precisa passar por algumas modificações, contudo o surgimento da Divisão de Acessibilidade e todas as suas ações e campanhas já geram frutos e garantem que aos poucos o Campus se tornará um local acessível e inclusivo, para toda à comunidade acadêmica.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Nesta parte do texto será apresentada a fundamentação teórica que deram suporte à pesquisa. Apresentaremos um histórico sobre a Inclusão de pessoas com deficiência na sociedade e nas escolas e posteriormente falarei sobre a Educação Inclusiva no Ensino Superior.

2.1 A Inclusão e suas fases

A Educação Inclusiva tem sido um assunto de muita reflexão, pois nos últimos anos, ela deixou de ser naturalizada, para ser problematizada.

Segundo Aranha (2001), pouco se falava sobre deficiência, principalmente na Idade Antiga e na Idade Média, a maioria das informações encontradas são datadas na literatura grega e romana, na Bíblia e no Corão. Foram encontradas também citações de Mohammed, onde diz que temos que alimentar e abrigar os que são desprovidos da razão, tratando-os com amabilidade. Entretanto nem sempre foi assim, na Esparta, por exemplo, as crianças que eram imaturas ou possuíam alguma deficiência, eram descartados, nos esgotos que ficavam ao lado do Templo da Piedade.

Segundo Aranha (2004), por muito tempo, a deficiência foi vista como um fenômeno metafísico, determinado pela possessão demoníaca ou escolha divina, para que os pecados dos familiares fossem purgados. Devido esse pensamento, os séculos marcados pela Inquisição Católica e posteriormente pela Reforma Protestante, contribuíam e muito para que pessoas com deficiência fossem castigadas e até mortas, pois eram considerados personificação do mal.

No século XVI, período da Revolução Burguesa, começou a surgir ideias sobre a organicidade da deficiência e de sua natureza. Nesse período foi criado o primeiro hospital psiquiátrico, contudo ele se tornou assim como os outros asilos e conventos da época, um lugar para confinar e não tratar as pessoas, esses hospitais eram quase que prisões. No século seguinte, XVII, a organização sócio-econômica foi se encaminhando para o capitalismo comercial, fortalecendo dessa forma o modo de produção capitalista e consolidando a classe da burguesia no poder, defendendo a ideia de que os indivíduos são diferentes e que devem ser respeitados. Nesse sentido a Educação, semelhante ao padrão de ensino tradicional feito exclusivamente pela Igreja, passou a ser oferecido também pelo Estado, com o

objetivo de preparar mão de obra, que se mostrava necessário no novo modo de produção.

Simultaneamente, foram surgindo novas ideias tanto na área da medicina, como na da filosofia e na da educação, continuando com o fortalecimento da visão organicista, voltada para a busca de identificação de causas ambientais para a deficiência. Locke (apud ARANHA, 2001, p. 7) defendendo o homem como uma tábula rasa sendo preenchida pela experiência, levou para a crença na educabilidade do deficiente mental, com ênfase na necessidade e importância da ordenação sensorial.

A partir desse período a relação da sociedade com a pessoa com deficiência, passou a se diversificar, caracterizando-se por iniciativas de Institucionalização Total de tratamento médico e busca de estratégias de ensino.

No século XVIII a medicina não teve muito avanço ou descobertas. Segundo Aranha, a deficiência mental era considerada hereditária e incurável, sendo assim a maioria das pessoas eram colocadas em asilos, hospícios ou cadeias locais, pessoas com deficiência física recebiam cuidados da família ou iam para asilos.

A partir dos esforços de Jacob Rodrigues Pereira, em 1747, para ajudar surdos congênitos, outras tentativas surgiram para lidar com pessoas com outras deficiências, principalmente pessoas com deficiência mental. E em meados de 1800, Guggenbuhl abriu um local para o tratamento e cuidado de pessoas com deficiência mental, em Abendberg, na Suíça. Seus resultados despertaram a atenção para a necessidade de um local que fosse direcionada para o cuidado dessas pessoas, entretanto elas logo se tornaram instituições asilares e de custódia, locais segregados, chamados de Instituições Totais, constituindo assim o primeiro paradigma formal adotado na caracterização da relação sociedade-deficiência: o Paradigma da Institucionalização.

Segundo Aranha (2001), este Paradigma caracterizou-se desde o princípio, pela retirada das pessoas com deficiência de suas casas e pela manutenção delas em instituições residenciais segregadas ou escolas especiais, de preferência longe de suas casas.

Assim, pessoas com retardo mental ou outras deficiências frequentemente ficavam mantidas em isolamento do resto da sociedade, fosse a título de proteção, de tratamento ou de processo educacional. (pág. 8)

Vail (1966, apud ARANHA, 2001, p. 9) enfatizou, por exemplo, no contexto institucional, a prática de demandas irrealistas, na grande maioria inconsistente com as características exigidas do mundo externo. Tal contexto torna a pessoa incapaz de administrar a vida em sociedade quando e se jamais sair da Instituição. Discutiu também os procedimentos institucionais como: de admissão, de sistemas de recompensas e de punições, a uniformidade de massa e a impersonalidade automatizada da interação entre os provedores de serviços e seus usuários.

Dessa forma a década de 60, tornou-se marcante na promoção das mudanças no modo de relação da sociedade com as pessoas com deficiência. A partir do seu fracasso na busca da restauração de funcionamento normal do indivíduo em alguns aspectos, iniciou-se no mundo ocidental o movimento de desinstitucionalização, baseando-se na ideologia da normalização, como uma nova tentativa para integrar a pessoa com deficiência na sociedade.

Conforme Aranha (2001), o incômodo representado pela institucionalização em diferentes setores da sociedade, fez com que surgisse gradativamente, um novo paradigma de relação entre a sociedade e a parcela da população representada pelas pessoas com deficiência: o Paradigma de Serviços. Ele teve como objetivo “ajudar pessoas com deficiência a obter uma existência tão próxima ao normal, a elas disponibilizando padrões e condições de vida cotidiana próxima às normas e padrões da sociedade” (American National Association of Rehabilitation Counseling, ANARC, 1973 apud ARANHA, 2001, p. 12)

No início de seu processo alguns autores deram suas opiniões sobre a realização desse novo paradigma, a maioria tinha receio sobre o convívio direto com pessoas com deficiência, pois não sabiam como elas iriam se comportar. Valerie J. Bradley (1978, apud ARANHA, 2001, p. 13), falou sobre o mau planejamento desse novo paradigma como: insegurança dos pais, sistema de financiamento, prestadores de serviços irritados, baixa confiabilidade e o papel do setor privado, entre outros. Devido várias reflexões e críticas, muitas manifestações surgiram de várias áreas como, acadêmica, profissional e até mesmo da comunidade leiga. Devido tudo isso começou a se desenvolver uma nova concepção de institucionalização, tendo como base o afastamento da sociedade com o modelo anterior e a necessidade de planejar um sistema de recursos e serviços na comunidade, Braddock (1977) e Bradley (1978) (apud, ARANHA, 2001, p.14) defendiam que era necessário prevenir encaminhamentos inadequados a instituições totais; necessidade de promover a

reforma de programas institucionais; as pessoas com deficiência deveriam receber um preparo para retornarem à sociedade, feito por meio de programas de habilitação, entre outros.

Segundo Aranha (2001), os textos da época, nos países do mundo ocidental que vivenciaram primeiro o processo de desinstitucionalização, indicam que interesses de várias origens e natureza se congregaram na determinação da construção do processo. Pode-se dizer que a luta pelos direitos humanos e civis das pessoas com deficiência utilizou-se das brechas criadas pelas contradições do sistema sócio-político-econômico vigente, que defendia a diminuição do Estado em relação às responsabilidades sociais e buscava diminuir o ônus populacional, para o avanço na direção de sua integração na sociedade.

Esse processo teve como base, a ideia da normalização, que representava a necessidade de introduzir a pessoa com deficiência na sociedade, auxiliando-a a adquirir as condições e os padrões da vida cotidiana o mais próximo possível do normal, esse processo deu apoio ao movimento da desinstitucionalização.

O Paradigma de Suportes surgiu a partir do enfraquecimento da ideia da normalização, aumentou a discussão sobre o fato da pessoa com deficiência ser um cidadão como qualquer outro, detentor dos mesmos direitos, independentes do tipo de deficiência e de seu grau de comprometimento. Este paradigma tem se caracterizado pelo pressuposto de que a pessoa com deficiência tem direito à convivência não segregada e ao acesso aos recursos disponíveis aos demais cidadãos. Segundo Aranha (2001), era necessário identificar o que poderia garantir essas prerrogativas, pensando nisso iniciou uma busca à disponibilização de suportes, instrumentos que viabilizam a garantia a essas pessoas de que elas pudessem ter acesso a todo e qualquer recurso da comunidade.

Tais suportes podiam ser de diferentes tipos: social, econômico, físico, instrumental; e têm como função favorecer o que se passou a denominar inclusão social, que segundo a referida autora, é um processo de ajuste, em que cabe à pessoa com deficiência manifestar-se com relação aos seus desejos e necessidades e à sociedade, a realização de providências necessárias para que seja possível o acesso e o convívio no espaço comum e não segregado.

Embora possamos considerar a integração e a inclusão conceitos semelhantes, precisamos entender que, enquanto a integração procura “melhorar” o comportamento do indivíduo com deficiência, para que ele seja inserido na

sociedade; a inclusão além de investir no processo de desenvolvimento, busca também a implementação, de preferência imediata, de condições que garantam a participação e o acesso dessas pessoas na sociedade, por meio de suportes: físicos, psicológicos, sociais e instrumentais.

A inclusão social, portanto, não é processo que diga respeito somente à pessoa com deficiência, mas sim a todos os cidadãos. Não haverá inclusão da pessoa com deficiência enquanto a sociedade não for inclusiva, ou seja, realmente democrática, onde todos possam igualmente se manifestar nas diferentes instâncias de debate e de tomada de decisões da sociedade, tendo disponível o suporte que for necessário para viabilizar essa participação. (ARANHA 2001, p. 20)

Não podemos apenas falar da igualdade de oportunidades, se não garantirmos o acesso e a permanência dessas pessoas nos locais, há muitos suportes possíveis de imediato, outros, entretanto, requerem mais tempo. Contudo todos devem ser disponibilizados, caso contrário, dificilmente teremos uma sociedade justa e democrática. Infelizmente, o Brasil ainda mantém, no seu panorama de relações com a parcela representada pelas pessoas com deficiência, resquícios do Paradigma da Institucionalização Total e certa concentração do Paradigma de Serviços. Muitos projetos, programas são voltados para pessoas sem deficiência, e quando abertos para deficientes são, em geral segregados e/ou segregatórios, deixando para a pessoa com deficiência e sua família quase que a exclusividade da responsabilidade sobre o alcance do acesso.

Um dos locais em que as pessoas com deficiência foram aceitas é a escola, pois ela é um dos principais espaços de convivência social, durante suas primeiras fases do desenvolvimento. Ela tem um papel fundamental no desenvolvimento da consciência de cidadania e de direitos, pois é na escola que a criança e o adolescente começam a conviver num coletivo diversificado, fora do contexto familiar.

No Brasil, as primeiras informações sobre o cuidado para com a pessoa com deficiência, data à época do Império, e seguindo o ideário da época eram Instituições Totais, para a educação de surdos e cegos. Esse ideário permaneceu no Brasil até meados da década de 50, século XX, época de imensa importância, para os movimentos sociais, no mundo ocidental. Em 1948, afetados pelas consequências das grandes Guerras Mundiais, os países membros da Organização das Nações Unidas, em uma Assembleia Geral, elaboraram a Declaração Universal

dos Direitos Humanos, documento que norteiam os movimentos de definição de políticas públicas, na maioria dos países, e que reconhece que somos seres iguais e livres, tanto em dignidade e direitos, sem distinção de cor, ração, sexo e religião, mas também assegura em seu Art. 26º, item 1, que temos direito à educação, e que esta deve ser gratuita, pelo menos no que corresponde ao ensino elementar fundamental, que é obrigatório e o ensino técnico e profissional deve ser generalizado. De forma geral, a Declaração assegura às pessoas com deficiência os mesmo direitos: à liberdade, vida digna, à educação fundamental, ao desenvolvimento pessoal e social e principalmente à livre participação na vida da comunidade.

Aproximadamente 46 anos depois dessa declaração, aconteceu em 1994 na cidade de Salamanca, na Espanha, a Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: acesso e qualidade. Teve como objetivo específico de discussão, a atenção educacional aos alunos com necessidades educativas especiais. Nessa declaração, os países signatários, dos quais o Brasil faz parte, declararam que:

Todas as crianças, de ambos os sexos, têm direito fundamental à educação e que a elas deve ser dada a oportunidade de obter e manter um nível aceitável de conhecimentos;
Cada criança tem características, interesses, capacidades e necessidades de aprendizagem que lhe são próprios;
[...] As pessoas com necessidades educacionais especiais devem ter acesso às escolas comuns, que deverão integrá-las numa pedagogia centralizada na criança, capaz de atender a essas necessidades;
As escolas comuns, com essa orientação integradora, representam o meio mais eficaz de combater atitudes discriminatórias, de criar comunidades acolhedoras, construir uma sociedade integradora e dar educação para todos. (ARANHA 2004, p.16)

A Declaração se dirige a todos os governos, incitando-os a:

Dar a mais alta prioridade política e orçamentária à melhoria de seus sistemas educativos, para que possam abranger todas as crianças, independentemente de suas diferenças ou dificuldades individuais;
Adotar, com força de lei ou como política, o princípio da educação integrada, que permita a matrícula de todas as crianças em escolas comuns, a menos que haja razões convincentes para o contrário;
Criar mecanismos descentralizados e participativos, de planejamento, supervisão e avaliação do ensino de crianças e adultos com necessidades educacionais especiais;
[...] Assegurar que, num contexto de mudança sistemática, os programas de formação do professorado, tanto inicial como contínua, estejam voltados para atender às necessidades educacionais especiais, nas escolas integradoras. (ARANHA 2004, p. 16-17)

Ao assinar esta Declaração, o Brasil se comprometeu em alcançar os objetivos propostos por ela, que visam à transformação dos sistemas de educação em sistemas educacionais inclusivos. Vale lembrar que inclusão não é apenas a inserção desses alunos nesses ambientes, mas também inclusão deles nas atividades, programas e projetos desenvolvidos pela escola, pois caso isso não ocorra teremos o que Thoma (S/D) chama de “inclusão excludente”, onde os alunos são matriculados nas escolas, mas não há nenhuma mudança ou adaptação para a participação ou autonomia deles na escola.

Além desses documentos internacionais, há também os nacionais, um deles é a nossa Constituição Federal de 1988, ela assumiu formalmente, quase que os mesmos princípios da Declaração dos Direitos Humanos. Introduziu no Brasil, uma nova prática administrativa, representada pela descentralização do poder. A partir da promulgação, os municípios tiveram autonomia política para tomar decisões e implementar recursos e projetos, para garantir a melhoria na qualidade de vida da população, que neles vivem.

2.2 Inclusão no Ensino Superior

Segundo Castanho e Freitas (2005, p. 94), a função social da Universidade é produzir conhecimento, de forma a promover o desenvolvimento da cultura, ciência, tecnologia e também o desenvolvimento do ser humano enquanto parte da sociedade. Assim, a universidade é fundamental para criações, transferência e aplicação de conhecimento para formação e capacitação do indivíduo, como para o seu progresso na educação em todas as suas formas. Por todos esses fatores o Ensino Superior constitui um importante meio para a produção do conhecimento científico e para o avanço tecnológico em uma sociedade.

Falar sobre inclusão no Ensino Superior é tão importante quanto falar sobre ela na Educação Básica, porém infelizmente é pouco discutido, talvez por carência de reflexões ou por ausência de políticas públicas, para essas pessoas que ainda hoje são considerados atípico, ineficientes e até mesmo improdutivos. E como se não bastassem às barreiras de suas próprias deficiências, esses alunos não tinham direito à Educação Básica o que por muitos anos impossibilitou seu ingresso nas universidades.

Por se tratar de um direito garantido constitucionalmente, as instituições de ensino devem aceitar as matrículas de alunos com deficiência, porém elas precisam garantir não apenas o ingresso deles nesses locais, mas também a acessibilidade conforme a Portaria nº 3.284, de 7 de novembro de 2003, que dispõe sobre requisitos de acessibilidade de *peessoas portadoras de deficiência*¹, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições. Além de oferecer conhecimentos técnicos para saber trabalhar com eles, pois não adianta incluí-los se seus direitos de participar das atividades acadêmicas são restritos ou quase nulos, eles precisam ter seu acesso garantido e suas diferenças respeitadas, pois apesar da educação ser um direito garantido a todos de forma igualitária, deve-se levar em consideração as diferenças, pois

Para que seja possível acontecer a tão esperada inclusão na universidade é preciso que se tenha clareza dos fatores que estão envolvidos na relação desses alunos com a instituição. É preciso, pois, que fique claro que o reconhecimento de direitos iguais a todos deve estar presente e deve ser colocado em prática através do reconhecimento de que direito a igualdade implica em diferença de tratamento, pois é preciso considerar e assegurar as necessidades educativas para esses alunos. (VARGAS, 2006, p. 133)

Sobre as exigências pedidas na portaria, temos:

- a) eliminação de barreiras arquitetônicas para circulação do estudante, para permitir acesso aos espaços de coletivo;
- b) reserva de vagas em estacionamentos nas proximidades das unidades de serviço;
- c) construção de rampas com corrimão ou colocação de elevadores, para facilitar a circulação de cadeira de rodas;
- d) adaptação de portas e banheiros com espaço suficiente para permitir o acesso de cadeira de rodas;
- e) colocação de barras de apoio nas paredes dos banheiros;
- f) instalação de lavabos, bebedouros e telefones públicos em altura acessível aos usuários de cadeira de rodas. (MOREIRA, 2005, p. 4)

O ingresso nas universidades ou faculdades sejam elas públicas ou privadas é seletivo e muitas vezes elitista. Para estudarmos nessas universidades precisamos antes realizar uma prova, por mais que uma pequena parte dessas vagas seja destinada às pessoas com deficiência, muitas vezes a avaliação não contempla essas pessoas, eles são avaliados da mesma forma sem levar em consideração suas limitações ou quando entram são limitados nas atividades, muitas vezes os

¹ A partir da Recomendação nº 1, de 24 de abril de 2014 passou a ser utilizado à expressão “pessoa com deficiência”.

professores interferem de forma negativa nas atitudes desses alunos, desconfiando de seu potencial.

O ingresso desses alunos pode significar um avanço, porém ainda há muito trabalho, para que realmente se concretize a inclusão. Há poucos documentos oficiais por parte dos censos educacionais sobre a inclusão deles no Ensino Superior e também a maioria das universidades não fazem um mapeamento do ingresso e da permanência deles nos cursos de Ensino Superior o que dessa forma acarreta uma exclusão.

Ao se tomar à inclusão educacional como direito legítimo, supõe-se o direito de todos e de cada um, ser parte integrante desse processo de forma irrestrita. Quando se é negada a possibilidade de existir, mesmo que estatisticamente, a exclusão soa como algo oficializado. (MOREIRA, 2005, p. 3)

Segundo Masini e Bozon (S/d), muitos alunos com deficiência relatam que os professores não são preparados para trabalhar com esses alunos e que também não sentem interesse em ensiná-los, além das discriminações sofridas por alguns colegas de classes. Percebemos que apesar de todas as conquistas já alcançadas ainda temos muito que lutar, principalmente em relação ao respeito com o próximo. Apesar de estarmos em pleno século XXI, a sociedade infelizmente ainda é muito preconceituosa, não consegue aceitar o diferente, o que foge dos “padrões” impostos pela própria população. Somos iguais perante a lei, possuímos os mesmos direitos, contudo não somos iguais em características, religião ou crença. Vivemos em um país democrático, com liberdade de expressão, contudo em certos momentos não reflete sobre a democracia, vive preso em pensamentos do século passado em que as pessoas com deficiência eram totalmente discriminadas e sem nenhum direito.

3. OBJETIVOS

3.1 Geral

Verificar o papel da Divisão de Acessibilidade na promoção da Inclusão da Pessoa com Deficiência na Universidade Federal do Pará, Campus de Abaetetuba.

3.2 Específicos

- ✓ Compreender como ocorre a contribuição para a promoção da inclusão no Campus Universitário;
- ✓ Identificar quais ações a Divisão de Acessibilidade promove no Campus de Abaetetuba;
- ✓ Conhecer a realidade dos discentes no Campus de Abaetetuba e quais suas maiores dificuldades na universidade.

4. METODOLOGIA

Utilizei como procedimento metodológico de levantamento de dados a observação direta intensiva, que segundo Lakatos e Marconi (2003), a observação direta intensiva é realizada através de duas técnicas: observação e entrevista.

A observação, segundo as referidas autoras é uma técnica de coleta de dados para conseguir informações e utiliza os sentidos na obtenção de determinados aspectos da realidade, não é apenas ver e ouvir, mas também examinar os fatos e fenômenos que se deseja estudar. Já a entrevista é um procedimento utilizado nas investigações sociais, para a coleta de dados ou para ajudar no diagnóstico de um problema social.

4.1 Lócus da Pesquisa

Como o local da pesquisa foi um departamento dentro da Universidade, considerarmos importante tanto a história do Campus da Universidade Federal do Pará de Abaetetuba, quanto à história da Divisão de Acessibilidade. Dividimos esse tópico em dois subtítulos. O primeiro conta a história e descrição do Campus de Abaetetuba e o segundo fala sobre a Divisão de Acessibilidade.

4.1.1 Universidade Federal do Pará, Campus de Abaetetuba

A pesquisa foi realizada na Divisão de Acessibilidade do Campus Universitário de Abaetetuba, sediado no município paraense de mesmo nome. O Campus Universitário foi criado por meio do Projeto Norte de Interiorização desenvolvido pela UFPA, na década de 80 e que criou os campi no interior como Altamira, Bragança, Cametá, entre outros, e posteriormente em Breves, Capanema, Tucuruí, Ananindeua, Salinópolis.

Segundo Ferranti (2018), a criação do Campus Universitário do Baixo Tocantins, decorreu também da luta do movimento dos educadores da região tocantina, organizado inicialmente pela ASBEPa – Associação Beneficente dos Professores de Abaetetuba – fundada em 1980. O Campus iniciou suas atividades universitárias em janeiro de 1987, em Abaetetuba, inicialmente no Colégio São Francisco Xavier e posteriormente nas Escolas Basílio de Carvalho e Joaquim Mendes Contente até o final de 1990, quando o Sr Manoel de Abreu residente na

vizinhança, doou² o terreno para a construção do Campus Universitário. Em 1988, em convênio celebrado entre UFPA e ALBRÁS (empresa de alumínio instalada no município vizinho de Barcarena) que alocou o valor de U\$270.000,00, foram construídos três pavilhões para o funcionamento inicial do Campus, numa área de 95.760 m², localizado no bairro Mutirão, em Abaetetuba.

O Campus foi inaugurado no dia 05 de Janeiro de 1991 e era constituída de três blocos, sendo dois de sala de aula, quatro em cada um dos blocos e um bloco administrativo. Desde essa época muita coisa mudou em sua estrutura física, contudo ainda há muita coisa a ser modificada, principalmente na questão da acessibilidade de forma apropriada, pois há rampas e banheiro para deficientes, porém eles não seguem o padrão, e muitas rampas foram construídas depois que os espaços estavam prontos e não ao mesmo tempo, o que ocasionou a irregularidade nessas adaptações físicas.

Contudo, vemos que mudanças são feitas para que todos os alunos se sintam parte dessa universidade.

4.1.2 Divisão de Acessibilidade (DAc)

A Divisão de Acessibilidade surgiu no Campus em 2016, sem um espaço, e somente em 2017 que ganhou uma sala e começou o seu trabalho de promoção de acessibilidade para os discentes com deficiência do Campus. O objetivo principal da Divisão de Acessibilidade é justamente esse, promover a acessibilidade para os discentes com deficiência, seja através de atitudes, da tolerância, do respeito ao próximo e também acessibilidade nas dependências do Campus, como a construção de rampas, retiradas de armários e outros objetos que impedem a locomoção de acesso de pessoas que fazem uso de cadeiras de rodas ou que são deficientes físicos.

A Sala da Divisão de Acessibilidade funciona nos turnos da manhã de 8h ao 12h e pela tarde de 14h30 as 18h. Três pessoas trabalham na Divisão de Acessibilidade, um aluno do turno da tarde que cursa Pedagogia, uma aluna do turno da manhã que cursa História e a Professora Madalena, Coordenadora da DAc, os discentes trabalham no seu contraturno.

² Por questões burocráticas ele teve que doar primeiramente à Prefeitura de Abaetetuba e ela por sua vez doou o terreno à UFPA, Campus de Abaetetuba.

Além da promoção de acessibilidade a DAc promove também campanhas de conscientização, uma delas foi a campanha para o cuidado e respeito com a cadeira de rodas que fica no Campus; eventos como o Seminário de Educação Especial, nesse ano de 2019 terá a sua segunda edição; o Curso de Libras para os discentes, por meio do curso eles aprendem a Língua Brasileira de Sinais e também tornam-se agentes multiplicadores não apenas dentro do Campus, mas fora dele também; o Cine Inclusão, onde é passado um filme com a temática voltada à Educação Inclusiva e depois do filme é aberta uma Roda de Conversa, para tirar dúvidas referentes ao filme e a Educação Inclusiva; e a confecção de placas indicando os locais no Campus, essa placa irá abranger todas as necessidades

A Divisão de Acessibilidade não é uma sala com atendimento especializado, o trabalho dela é mais voltado a promoção da acessibilidade, segundo a Professora Madalena, docente responsável pela DAc, os alunos na universidade não necessitam desse atendimento especializado, pois já tiveram na Educação Básica. Quando eles chegam à universidade precisam apenas que seja feita a acessibilidade para que eles possam dar continuidade aos seus estudos.

4.2 Procedimento de Pesquisa

Este tópico será dividido de acordo com os procedimentos adotados para o desenvolvimento da pesquisa: Observação de Campo e entrevista.

4.2.1 Observação de campo

A observação foi realizada nos dias 17, 23 e 24 de abril de 2019, no turno da tarde das 14h30 as 17h30. Nesses dias pude perceber que a Divisão funciona mais como uma secretaria e que seus planejamentos são feitos para um longo prazo, e por darem certo dificilmente precisam de alterações no planejamento. A Sala da Divisão de Acessibilidade é a penúltima sala do bloco, fica no mesmo bloco que o Laboratório de Informática e o Museu do Tocantins.

Nos dias em que estive na sala percebi que não apenas o trabalho é semelhante com o de uma secretaria, mas o seu ambiente também. Apesar de ter na sala carteiras como as de sala de aula, pois lá também são realizadas as aulas do Curso de Libras, o restante do ambiente é como uma secretaria há duas mesas com computadores, uma impressora, um scanner e um armário onde eles guardam alguns livros e materiais da Divisão de Acessibilidade.

A Divisão ainda não possui tanta visibilidade no Campus, contudo isso não interfere no seu trabalho, muito pelo contrário, serve como motivação para que eles continuem realizando ações que mostrem o seu trabalho e a sua importância no Campus e na vida daqueles alunos com deficiência.

Entrevista

Foram realizadas duas entrevistas: uma com a Coordenadora da DAc e outra com uma discente do Campus que é deficiente e que por motivos próprios não autorizou o uso do seu nome, a chamaremos por um nome fictício, e uma conversa informal com uma das discentes que trabalha na Divisão de Acessibilidade.

A entrevista com a Professora Madalena foi realizada na sala da DAc, no dia 23 de abril de 2019 às 15h, a entrevista durou cerca de trinta minutos, foi gravada e feita anotações em um diário de campo, foi semi estruturada, pois além das perguntas do questionário também conversamos sobre a importância da Inclusão não apenas na Educação Básica, mas também no Ensino Superior, pois todos merecem uma formação, seja ela técnica ou profissional.

Perguntei à professora sobre a criação da Divisão de Acessibilidade, seus objetivos e ações, e quais as maiores dificuldades que já encontraram, ela foi bastante direta ao falar sobre a DAc e sua importância no Campus Universitário de Abaetetuba.

A entrevista com a discente ocorreu no dia 24 de abril às 20h, horário de seu intervalo, no bloco em que estuda. Por ela morar em outro município e só vim no horário em que estuda não tivemos muito tempo para conversarmos, a entrevista durou cerca de quinze minutos apenas, foi gravada e feita anotações em um Diário de Campo.

Diferente da entrevista com a Coordenadora da DAc, essa entrevista seguiu um roteiro, pois tínhamos pouco tempo para a entrevista. Apliquei um questionário de apenas cinco perguntas, focando na acessibilidade do Campus segundo sua visão, como discente com deficiência, e quais as dificuldades que ela já passou desde que começou a estudar no Campus Universitário.

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os dados obtidos foram divididos em: resultados da observação e resultados da entrevista.

5.1. A Observação de Campo

No primeiro dia de observação, a discente que fica na sala no turno da tarde, em uma conversa informal relatou que o movimento na sala era bastante tranquilo, raramente recebem visitas dos alunos e professores. E nos outros dias em que estive acompanhando o trabalho na Divisão de Acessibilidade, pude perceber que no dia-a-dia realmente é bastante tranquilo. Por não se tratar de um local de atendimento especializado e por suas ações serem planejadas para um longo prazo, pois são ações e campanhas preventivas, na maior parte do tempo fazem um trabalho de secretaria, planejam as ações ou campanhas e analisam o que precisa ser melhorado tanto no Campus como na própria Divisão, o trabalho é dinâmico e bem articulado com toda a equipe que compõe a DAc, pude perceber isso umas duas vezes, quando os alunos estavam conversando sobre a construção da placa, eles viam o precisava ser feito, quais as possíveis modificações, como tamanho da fonte, cor da letra, qual o melhor material para produzir as placas impressas, pois em um papel como comum ela não teria uma maior durabilidade e como será escrita em Braille também o papel precisa ser mais grosso.

Para as pessoas sem deficiência ou que não têm nenhum contato direto com pessoas com deficiência, a mudança no formato das placas parece não ter muita relevância, entretanto ao observar o Campus percebi a necessidade de tal mudança. Muitas placas foram colocadas a certa altura que um cadeirante não consegue ler, então percebemos que esse pequeno detalhe, é fundamental, para a inclusão desses alunos, para que eles se sintam independentes ao procurar qualquer espaço na universidade.

As campanhas funcionam de forma gratificante e também ajudam na visibilidade da Divisão, pois dessa forma ela fica mais conhecida e aberta à Comunidade Acadêmica, pois muitos discentes infelizmente ainda não conhecem esse departamento tão importante no Campus e conseqüentemente não conhecem seu trabalho.

Observando o Campus Universitário, pude ver que os cartazes ou panfletos das campanhas promovidas pela DAc, ficam colados nos murais de aviso,

corredores e entrada do Campus, todos esses locais são estratégicos, pois ficam em espaços onde há um maior fluxo de pessoas.

Por não ser um local de atendimento especializado não é frequente a procura de alunos ou professores, os discentes vão mais quando precisam de alguma adaptação no material ou na estrutura do Campus, como rampas ou mesas adaptadas, como foi o caso de uma aluna, que possui deficiência física e precisava de uma mesa adaptada a ela; e os docentes raramente procuram a Divisão de Acessibilidade para tirar dúvidas de como trabalhar ou fazer a adaptação de seus materiais, segundo a discente que trabalha na DAc, eles que vão atrás dos professores para dar essas orientações, principalmente com os alunos que possuem Baixa Visão.

5.2 Resultados da entrevista

Ao entrevistar a Coordenadora da DAc, ficou clara a importância do trabalho da Divisão dentro do Campus, não apenas na promoção da acessibilidade, mas também no sentido de levar a Educação Inclusiva para o Ensino Superior, pois pouco se tem falado sobre, “não estamos aqui somente para promover a acessibilidade, procuramos também incentivar a Educação Inclusiva, sensibilizando e dialogando.” (Coordenadora da Divisão de Acessibilidade)

Quando perguntado sobre o objetivo da Divisão de Acessibilidade a professora relatou que ela foi criada visando promover a acessibilidade para a pessoa com deficiência que estuda no Campus Universitário. Segundo ela, essa acessibilidade vem de diversas formas como: atitudinal e de estrutura. Eles realizam o seu trabalho focando nas atitudes.

A acessibilidade vem de várias formas, como: atitudinal, que inclusive a gente trabalha bastante, tentando estimular essa questão da atitude e da acessibilidade, da tolerância e do respeito ao próximo, então trabalhamos com a questão da acessibilidade de atitude na forma de comunicação levando acessibilidade lingüística, então fazemos a tradução, interpretação, temos uma aluna surda e fazemos a tradução e interpretação, isso é uma acessibilidade lingüística. (COORDENADORA DA DAC, 2019)

Na visão de algumas pessoas a acessibilidade está relacionada somente a estrutura de um local, porém podemos perceber que a acessibilidade não é apenas a modificação no ambiente físico, mas também a interação social por meio da comunicação seja ela por meio de placas de sinalização, como há algumas no

Campus, ou na comunicação por meio da Linguagem de Sinais – Libras. O interprete é fundamental na universidade e principalmente dentro de sala de aula, pois com o auxílio dele o aluno surdo, irá ter um melhor rendimento, pois conseguirá assimilar melhor o assunto trabalho em sala e também haverá uma melhor comunicação entre os professores e colegas de classe.

Segundo Carvalho (1999 apud FERREIRA, 2007, p. 44), é preciso remover não apenas as barreiras arquitetônicas, mas sobre tudo as atitudinais, os olhares das pessoas sem deficiência para os alunos que possui uma deficiência, é preciso que seja feita a adequação do espaço psicológico que será compartilhado por pessoas que se diferem entre si.

Quanto à sinalização dos espaços, a professora relatou que, quando ela chegou ao Campus existia apenas a sinalização dando acessibilidade à pessoa surda por meio de banner, mostrando os espaços, porém outras formas de acessibilidade não tinham como o piso tátil com começo, meio e fim de forma apropriada, pois ele existe no Campus, contudo ele começa e termina no meio do caminho, meio dos corredores e calçadas, as rampas apropriadas para dar uma maior autonomia aos deficientes físicos e usuários de cadeiras de roda, muitas foram colocadas depois da construção dos prédios e não foi muito bem planejado, o que foge as normas da NBR 9050 que foi atualizada em 11 de setembro de 2015, vem “apoiar a execução de projetos que objetivem a realização de intervenções arquitetônicas urbanísticas e nos meios de transporte, por parte dos diferentes agentes políticos da sociedade.” (ALMEIDA, 2012, p. 24 apud BITENCOURT, 2018, p. 24). Aproximadamente quatro anos após a atualização da NBR 9050, poucas mudanças foram feitas no Campus, o que preocupa àqueles que lutam por uma Universidade Inclusiva.

E um dos novos projetos da Divisão de Acessibilidade é justamente esse, a sinalização dos locais com placas de acessibilidade que contemplem toda e qualquer pessoa. Pude acompanhar a produção de um esboço de como será essa placa de acessibilidade.

Figura 1 – Placa de sinalização



Fonte: acervo da pesquisa, 2019

Conforme a professora relatou, essa placa irá contemplar toda e qualquer pessoa: deficientes físicos, anões e cadeirante, pois ficará em uma altura acessível a eles; pessoas com baixa visão, pois será escrito em letras maiúsculas com uma fonte que seja possível diferenciar as letras e com um tamanho um pouco maior, pessoas cegas também poderão ler, pois será escrito em Braille como mostra a figura, e pessoas surdas, pois terá um Código QR, em que o aluno posicionará a câmera do celular em frente ao código e ele mostrará o sinal em libras desse local.

Eles decidiram colocar esse Código QR, para que os alunos surdos possam saber qual o local em que estão, pois muitos não conseguem distinguir o nome dos locais, pude perceber isso quando entrevistei a aluna. Ao perguntar sobre suas maiores dificuldades ela relatou que a maior dificuldade que encontrou foi justamente a sinalização dos locais, alguns não possuem sinalização ou quando possuem são placas bem pequenas que ficam muito altas, o que dificulta a leitura.

Nas paredes não tinham os sinais, tinha apenas placas e para o surdo ter acesso era difícil [...] Quando eu estou em uma fila na universidade, para fazer inscrições ou alguma atividade, eu sentia dificuldade porque não tinha as marcações que precisavam placas para sinalizar ou imagens, e era difícil eu encontrar os locais certos. (ALUNA ENTREVISTADA, 2019)

Como eu posso considerar o Campus um local acessível, se ele não possui pelo menos placas que proporcione informações a todos que frequentam esse ambiente, seja ele deficiente ou não? Essas placas são tão importantes como qualquer outra, pois irá fornecer informação para toda pessoa que frequente o Campus Universitário. Elas ainda não foram colocadas no Campus, pois há uns dois anos mais ou menos foi feita uma votação para escolher os nomes dos blocos e sugeriram que cada bloco recebesse o nome de um rio que faça parte do Baixo Tocantins, pois a universidade abrange toda essa área, porém como os sinais em

Libras só podem ser dados por surdos, a professora da DAc estava montando uma pequena equipe para a criação desses sinais, pois eles são dados de acordo com características físicas, formato do cabelo, sinais ou cicatrizes, e outros. Assim que a equipe estiver montada eles irão estudar a história dos rios, saber onde está localizado, o nome, o porquê desse nome caso haja uma história por trás, entre outros detalhes importantes, para criarem um sinal que seja de acordo ou parecido com uma característica dos rios escolhidos, então isso requer tempo e bastante estudo. Por essa razão as placas ainda não foram colocadas

Além dessa placa que estão produzindo, eles fizeram uma campanha informativa falando da importância em preservar a cadeira de rodas que fica no Campus, pois segundo a professora, alguns alunos estavam brincando com ela nos corredores da universidade,

O aluno vem, usa a cadeira de rodas que tem no Campus e tem uma outra em sua casa para que ele não precise trazer de sua casa, mas já ocorreu dos alunos brincarem com a cadeira de rodas e isso é muito sério, algo que não pode acontecer, por isso fizemos uma campanha chamada “Sua ajuda é uma mão na roda”, pedindo para que respeitassem aquele objeto que é de extrema importância para a autonomia e independência de uma ou outra pessoa. (COORDENADORA DA DAC, 2019)

Analisando a fala dela vemos a importância do trabalho da DAc no Campus, porque eles não apenas promovem a acessibilidade como também fazem campanhas conscientizando as outras pessoas sobre o cuidado e o respeito para com esses objetos, pois eles são fundamentais na locomoção da pessoa que faz uso deles. Além dessa campanha eles promoveram no ano de 2018 um Seminário de Educação Especial e esse ano será a segunda edição do Seminário, eles estão planejando fazer oficinas, palestras e abrir para a apresentação de trabalhos, de preferência voltados à Educação Inclusiva.

O Curso de Libras foi criado em 2018, montaram apenas uma turma, mas como esse ano a procura foi muito grande montaram duas turmas, uma cada turno: matutino e vespertino. Na primeira turma as aulas eram ministradas por uma aluna surda e havia também um interprete, para repassar as informações dadas por ela, porém esse ano ela não pode participar. Segundo a professora, o Curso de Libras não funciona apenas para ensinar a Libras aos discentes do Campus, mas também para torná-los multiplicadores,

Fizemos o curso de Libras ano passado e esse ano, o nosso curso não é apenas com o objetivo de ensinar a língua, mas de tornar esses alunos, que ao todo são 90, multiplicadores dentro do Campus, falando do nosso serviço e indicando, também nos ajudam na questão da inclusão, sempre comentamos que “inclusão não se faz sozinha, incluir é um trabalho coletivo, que precisamos de parcerias, precisamos estar de mãos dadas” e além da acessibilidade, procuramos realmente promover que esse espaço universitário seja um espaço que promova a inclusão além da acessibilidade. (COORDENADORA DA DAC, 2019)

A Divisão de Acessibilidade não existe no Campus apenas para promover a acessibilidade, mas também para tornar o Campus um local que realmente viva a inclusão, pois como já falamos anteriormente, inclusão não é apenas a inserção dos alunos nas instituições de ensino, mas também a participação deles de forma ativa, direta. Não há inclusão se não houver essa troca de experiências entre pessoas com deficiência e pessoas sem deficiência. As aulas ocorrem duas vezes semana, dura um semestre e é feita de forma dinâmica, aprendem os sinais básicos e depois são feitas atividades, como histórias contadas em Libras, interpretação de músicas e outros.

Esse ano eles criaram o Cine Inclusão, como o objetivo de passar um filme com a temática da Educação Inclusiva ou que mostrem a superação de pessoas com deficiência, e depois eles discutem e tiram dúvidas que surgem da plateia referentes à Educação Inclusiva e a acessibilidade. A primeira sessão foi um sucesso o auditório que possui capacidade para 100 pessoas lotou, muitos alunos tiveram que sentar em cadeiras de plásticos, pois as poltronas do auditório estavam todas ocupadas. E devido à grande procura dos discentes para o Cine Inclusão, eles fizeram mais três sessões depois da primeira, estavam planejaram uma para o começo do mês de abril e mais duas no mês de maio. Isso motivou bastante as pessoas que trabalham na DAC a promoverem outras sessões no decorrer do ano. São essas pequenas conquistas que motivam essa equipe a fazerem mais ações para a Comunidade Acadêmica.

Quando perguntado sobre o atendimento do aluno a professora disse que não há, pois não é um espaço de atendimento educacional especializado, mas um local que visa à acessibilidade.

O nosso espaço não é um espaço com características de Atendimento Educacional Especializado, o nosso espaço é para promoção da acessibilidade, é um serviço diferente, que é como as instituições

universitárias promovem o serviço [...] Eu levo acessibilidade quando eu traduzo as aulas, eu levo acessibilidade quando um aluno com Baixa Visão precisa de recursos ampliados e agente amplia esse recurso [...] então eu levo acessibilidade quando eu trabalho para que uma cadeira de rodas seja preservada ou quando um espaço não tenha barreiras, não tenha obstrução ou quando eu consigo uma rampa.

A aluna entrevistada também relatou essas questões de acessibilidade no Campus, quando ela chegou em 2016 havia interprete, porém no notou que não havia rampa no Auditório Central, mas hoje já possui, nas paredes não tinham os sinais, tinha apenas placas e para o surdo ter acesso era difícil.

Quando perguntado a aluna se ela considera o Campus acessível, relatou que ainda há uma falta de comunicação com os professores a respeito dos alunos com deficiência “ter essa acessibilidade maior na comunicação, porque às vezes os professores chegam e tem ocasiões que eles não sabem que há alunos com deficiência naquela sala.” (Aluna entrevista). Muitas vezes essa falta de Comunicação prejudica os alunos, pois se os professores não sabem que nessa turma eles irão encontrar alunos com deficiência como eles irão planejar suas aulas de forma inclusiva e acessível.

Sobre as possíveis modificações, ela disse que as mudanças necessárias já foram feitas, mas alguns pontos pequenos ainda precisavam ser revistos, porém de forma geral o Campus era considera acessível.

Na entrevista, a professora enfatizou bastante a parte sobre o trabalho deles de que na DAc eles não fazem um atendimento especializado com os alunos, pois muitos confundem esse espaço com uma Sala de Atendimento Educacional Especializado. Segundo a professora esse atendimento não é necessário nas Instituições de Ensino Superior, pois os alunos trabalharam com esse atendimento lá na base, na Educação Básica: educação infantil, ensino fundamental e ensino médio, e quando chegam ao Ensino Superior precisam apenas da garantia da acessibilidade.

Ao perguntar sobre as maiores dificuldade já enfrentadas por ele, a professora relatou que a maior dificuldade deles não é financeira ou estrutural, mas sim voltadas às atitudes. Pois segundo ela, “a pessoa com deficiência ainda é socialmente vista muito em condições de inferioridade, então, não só a pessoa com deficiência é vista com inferioridade, mas o serviço prestado à pessoa também é visto com inferioridade.”

O Brasil só começou de fato a trabalhar a educação Inclusiva, quando ele se tornou signatário da Declaração de Salamanca em 1994. E no município de Abaetetuba segundo a professora, só começamos a trabalhar em 2008, com Portaria Nacional de Educação Especial, então ainda é muito recente e pouco valorizado esse trabalho.

Então eu digo isso a nível de município, então até essa inclusão, até essa acessibilidade chegar aqui nesse espaço, levou um pouco de tempo, então essa ideia ainda de inferioridade, ela ainda é muito perceptível, ainda dentro desse espaço e assim o nosso serviço, visto como de pouca relevância, não é tão necessário. (COORDENADORA DA DAC, 2019)

Aos poucos eles vão se construindo, se fortalecendo, buscando parceria, informando as pessoas e levando conhecimento, então a maior dificuldade ainda está na questão da acessibilidade de atitude, que eles tanto promovem.

Apesar da pouca visibilidade dentro da Comunidade Acadêmica, eles promovem campanhas e quando convidados estão presentes nos eventos das Faculdades (cursos) do Campus, levando o seu trabalho que é tão importante dentro da universidade, e enfatizando a ideia de que o espaço precisa se adaptar aos alunos, para que eles se sintam inclusos no ambiente.

Inclusão realmente é isso, nós que temos que aprender e saber como lidar com a pessoa com deficiência, somos nós que temos que estar mais sensíveis a isso, nós que devemos ter consciência, nós que devemos buscar e não o contrário. (COORDENADORA DA DAC, 2019)

E na entrevista a professora abriu espaço para diversas reflexões, principalmente na nossa postura como educador ao trabalhar com alunos com deficiência. Muitas vezes usamos termos ou expressões que a nosso ver não há problemas, mas quando eu digo “alunos ditos normais” mesmo não querendo eu estou dizendo que os alunos com deficiência não são normais, que eles estão fora dos padrões de estética imposta pela sociedade. Precisamos aprender a conviver com o que é diferente de nós, diferente da nossa realidade. Então devemos sempre nos policiar como educador para as nossas posturas dentro e fora de sala de aula, para as expressões que usamos quando nos referimos aos alunos com deficiência.

As pessoas usam o termo “ajudar”, o professor não está na sala para ajudar os seus alunos, eles estão na sala para trabalhar com seus alunos, para promover um serviço, nós professores somos pagos para isso, não quero ser grossa, talvez eu não esteja usando as palavras certas. Mas muitas vezes costumamos usar termos no sentido de “o aluno com deficiência está na minha sala e eu vou ajudar ele”, mas eu não falo isso para o meu aluno

sem deficiência “eu vou ajudar” eu falo que “eu vou trabalhar para ele aprender”. (COORDENADORA DA DAC, 2019)

Quando usamos termos como esses, estamos mesmo não querendo discriminando nossos alunos, dizendo que eles não são capazes de aprender, que eles sempre serão ajudados, serão tratados como aqueles que são incapazes de fazer algo sozinho, de ter suas próprias opiniões.

Ao analisar os resultados da pesquisa e refletir sobre tudo o que já presenciei no Campus Universitário de Abaetetuba, pude notar que muitas mudanças ainda precisam ser feitas, principalmente na estrutura. Segundo Bitencourt (2018), o Campus Universitário possui rampas de acesso tanto no bloco antigo como no novo. Em um dos antigos blocos a referida autora observou que as rampas estão fora das normas da NBR 9050, pois foram construídas após a finalização do prédio, como uma exigência após uns alguns debates, porém no novo bloco os espaços que possuem rampas estão de acordo com as normas, o declive foi construído de forma apropriada.

Entretanto, muitas conquistas já foram adquiridas, como a construção de uma rampa no auditório central, para permitir o acesso ao pequeno palco que há e a retirada de alguns obstáculos na porta de entrada da biblioteca, além das placas que futuramente serão colocadas no Campus.

Em certos momentos da observação pude perceber que alguns alunos ainda não possuem um pensamento crítico sobre a importância de ser discutida e trabalhada a Educação Inclusiva no Ensino Superior, contudo não podemos julgá-los, pois para aqueles que não têm um contato direto com pessoas com deficiência isso não parece ser tão importante, porém precisamos discutir e debater esse assunto. Precisamos chamar a Comunidade Acadêmica para Rodas de conversas, abrir um espaço para que as pessoas com deficiência possam ter vez e voz dentro da Universidade, pois a universidade é isso, um local de interação social, onde pessoas de diferentes locais, culturas e crenças se reúnem. Todo ser humano possui características ou gostos diferentes, e quando promovemos diálogos podemos ter uma maior noção do que precisamos mudar como atitudes, a forma como conversamos com o outro, pois para mim certos assuntos podem não ter tanto

impacto, mas quando visto sob o olhar de quem presencia tais situações podem fazer com que eu abra a mente e comece a lutar por causas importantes.

A pouca discussão sobre a acessibilidade dentro das universidades, nos faz refletir sobre nossas ações. O que estamos fazendo para mudar isso? Será que realmente estamos praticando a inclusão ou estamos apenas reproduzindo ações do Senso Comum, que muitas vezes são ações extremamente segregadoras? Apesar de estarmos no século XXI, muitos pensamentos e ações ainda estão no século passado, talvez por não ser colocado para discussão esses assuntos ou talvez porque na nossa mente tais debates sejam irrelevantes.

Contudo precisamos entender que somos diferentes e temos que aceitar e respeitar essas diferenças, se eu consigo trabalhar com um aluno que tem gostos musicais diferentes do meu, eu também posso e preciso trabalhar com um aluno que possui deficiência, seja ela física, sensorial ou intelectual. Não podemos somente ajudá-los dentro de sala, devemos despertar a curiosidade, promover desafios que sejam acessíveis a eles. E principalmente devemos lembrar que a educação é um direito do cidadão, não podemos excluir nenhum ser humano das modalidades de ensino, devemos abrir as portas das escolas, universidades e principalmente abrir a nossa mente para essa situação, a exclusão de alunos.

Após a criação da Divisão de Acessibilidade dentro do Campus Universitário de Abaetetuba, podemos perceber que as mudanças que antes estavam apenas no papel aos poucos estão se concretizando, o que gera um ganho imenso, pois percebemos que o trabalho está fluindo e que são nos pequenos detalhes que se conseguem alcançar grandes objetivos.

6. CONCLUSÃO

Ao final deste trabalho e depois de serem analisados e discutidos os dados coletados, percebemos que muitos desafios ainda precisam ser enfrentados tanto na estrutura como nas atitudes das pessoas que frequentam o Campus Universitário, seja docente, discentes ou demais funcionários. Em relação à estrutura citamos: rampas e piso tátil apropriado, pois muitos estão fora das normas, barras de apoio nos corredores, entre outros. Sabemos que essas adaptações na estrutura podem demorar um pouco, pois envolvem construções e isso requer tempo e planejamento, contudo elas precisam ser colocadas em pautas nas reuniões do Conselho, para que aos poucos elas possam ser feitas.

Sobre a falta de empatia, elas podem ser minimizadas por meio de palestra para a Comunidade Acadêmica e também formação para os docentes, pois muitos ainda não conseguem lidar com a presença de um aluno com deficiência em sua sala de aula e acabam discriminando essas pessoas.

Podemos concluir que a criação da Divisão de Acessibilidade no Campus de Abaetetuba é de grande importância, pois antigamente dificilmente eram realizados encontros sobre a Educação Especial e Inclusiva, quando aconteciam eventos dos cursos oferecidos pelas faculdades raramente tínhamos intérpretes, hoje, contudo podemos presenciar esses profissionais nos espaços que acontecem as palestras.

As contribuições para a promoção ocorrem de diversas maneiras, seja nas campanhas preventivas, nas placas de sinalização dando acessibilidade às pessoas de forma geral ou nos debates que ocorrem após as sessões do Cine Inclusão. Todas essas ações e campanhas citadas são de extrema importância, pois proporcionam uma maior visibilidade à Divisão de Acessibilidade e também abrem a mente dos demais discentes sobre suas atitudes, tolerância e respeito ao próximo, principalmente àqueles que fogem dos padrões impostos pela sociedade.

Após a criação da DAci os alunos aos poucos se sentem mais incluídos na universidade, não sentem tanto o preconceito enraizado por trás do Senso Comum, o preconceito de que eles não são capazes de aprender e até mesmo de ensinar, pois muitos professores ainda têm esse pensamento de que por serem deficientes nunca irão nos proporcionar algum tipo de conhecimento, aprendizagem e a Divisão

de Acessibilidade está no Campus para isso, para garantir que a acessibilidade seja garantida e que eles possam terminar seus estudos sem dificuldades no acesso aos espaços e materiais.

Conclui-se, portanto que a Divisão de Acessibilidade e todo o seu trabalho são fundamentais para a construção de um Campus Universitário mais acessível e inclusivo, para os alunos com deficiência. Suas ações visam tanto a questão da acessibilidade como as mudanças de atitudes e o respeito para com o próximo. Dessa forma toda a Comunidade Acadêmica ganha, seja ensinando ou aprendendo com eles.

7. REFERÊNCIAS

ARANHA, Maria Salete Fábio. **Paradigmas da relação da sociedade com as pessoas com deficiência.** In: Artigo publicado na Revista do Ministério Público do Trabalho, Ano XI, no. 21, março, 2001, pp. 160-173.

ARANHA, Maria Salete Fábio (Org.). **Educação Inclusiva: a fundamentação Filosófica.** Coordenação Geral SEESP/MEC; organização. V. 1. Brasília: Ministério da Educação, Secretária de Educação Especial, 2004.

BITENCOURT, Jacqueline Reis. **A Educação Inclusiva no Campus Universitário de Abaetetuba: reflexões sobre a percepção dos alunos com deficiência.** Abaetetuba. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Portaria nº 3.284 de 07 de novembro de 2003. PORTARIA Nº 3.284, de 7 de novembro de 2003.

_____. Secretaria Especial dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Recomendação nº 01 de 24 de abril de 2014.

CASTANHO, Denise Molon; FREITAS, Soraia Napoleão. **Inclusão e prática docente no Ensino Superior.** In: Revista Educação Especial. Santa Maria, n. 7, p. 93 – 99. 2006.

FERRANTI, Adelino; PAGANELLI, Ângelo (org.). **30 anos: Campus Universitário de Abaetetuba (UFPA): memória, resistência, transformação.** Abaetetuba: Campus Universitário de Abaetetuba. 2018.

FERREIRA, Solange Leme. **Ingresso, permanência e competência: uma realidade possível para universitários com necessidades educacionais especiais.** In: Revista Brasileira de Educação Especial. Marília, v.13, n.1, p. 43-60, 2007.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica.** 5. ed. - São Paulo: Atlas 2003.

MASINI, Elcie A. F. S; BAZON, Fernanda V. M. **A Inclusão de Estudantes com deficiência, no Ensino Superior.** (S/d)

MOREIRA, Laura Ceretta. **In (ex) clusão na universidade: o aluno com necessidades educacionais especiais em questão.** In: Revista do Centro de Educação. Nº 25. 2005.

SIQUEIRA, Inajara Mills; SANTANA, Carla da Silva. **Propostas de acessibilidade para a inclusão de pessoas com Deficiências no ensino superior.** In: Revista Brasileira de educação Especial. Marília, v.16, n.1, p.127-136, Jan.-Abr. 2010.

THOMA, Adriana da Silva. **A inclusão no ensino superior: “- *ninguém foi preparado para trabalhar com esses alunos (...). Isso exige certamente uma política especial...*”** (S/D)

VARGAS, Gárdia Maria Santos de. **A inclusão no ensino superior: a experiência da disciplina Prática Pedagógica – Prática de Ensino de uma turma de alunos cegos e com baixa visão. In: PUNTO DE VISTA. Florianópolis, n. 8, p. 131-138, 2006.**

APÊNDICE

Questionário para a Coordenadora da Divisão de Acessibilidade

1. Quando e como surgiu a DAC no Campus Universitário?
2. Qual o principal objetivo da DAC?
3. Como ocorre o atendimento dos discentes com deficiência?
4. Quais as principais ações, programas, projetos que a Divisão promove?
5. Quais as maiores dificuldades que a Divisão já passou?
6. Há visibilidade da DAC no Campus de Abaetetuba?

Questionário para a discente

1. Como aconteceu sua recepção no Campus Universitário?
2. Quais as maiores dificuldades que você já passou na universidade?
3. Você já sofreu algum tipo de preconceito dos seus colegas de curso ou de professores?
4. Você considera a universidade um local acessível?
5. Quais possíveis modificações a universidade deveria fazer para melhorar a acessibilidade no Campus?